



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



GUSTAVO CÍCERO DE MOURA

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA SOCIEDADE: AVANÇOS E
DESAFIOS NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO**

**PICOS
2025**

GUSTAVO CÍCERO DE MOURA

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA SOCIEDADE: AVANÇOS E
DESAFIOS NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Luís Evêncio da Luz

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929i Moura, Gustavo Cícero de.

A inclusão de pessoas com autismo na sociedade: avanços e desafios na educação e no mercado de trabalho / Gustavo Cícero de Moura – 2025.
34 f.

1 Arquivo em PDF.

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Picos, 2025.

“Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Luís Evêncio da Luz”.

1. Inclusão social – transtorno do espectro autista. 2. Educação inclusiva.
3. Mercado de trabalho - inclusão. I. Moura, Gustavo Cícero de. II. Luz, Luís Evêncio da. III. Título.

CDD 305.908

Elaborada por Maria Leticia Cristina Alcântara Gomes
Bibliotecária CRB n° 03/1835

GUSTAVO CÍCERO DE MOURA

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA SOCIEDADE: AVANÇOS E
DESAFIOS NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Luís Evêncio da Luz

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Luís Evêncio da Luz Orientador(a)
Dr(a). Luís Evêncio da Luz
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof(a). Dr(a). Kátia Maria de Moura Evêncio Membro 1
Dr(a). Kátia Maria de Moura Evêncio
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof(a). Dr(a). Alessandra Lopes de Oliveira Castelini Membro 2
Dr(a) Alessandra Lopes de Oliveira Castelini
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Aprovado em 26/06/2025

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo amor incondicional, apoio constante e por sempre acreditarem em meus sonhos. À minha família, por ser meu alicerce. E a todas as pessoas com autismo, cuja luta diária por inclusão me inspira profundamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e saúde para concluir mais esta etapa da minha vida. À minha família, por todo incentivo, paciência e apoio incondicional ao longo dessa jornada. Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Evêncio da Luz, pela orientação, dedicação e contribuições valiosas ao desenvolvimento deste trabalho. Aos professores do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí, por todo o conhecimento compartilhado. E, especialmente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Meu sincero muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e desafios na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, com foco nos contextos da educação e do mercado de trabalho. Através de uma revisão bibliográfica, foram reunidos dados e estudos que abordam as principais legislações, políticas públicas, práticas inclusivas e barreiras enfrentadas por essa população. Os resultados indicam que, embora tenham ocorrido progressos significativos nos últimos anos — como o aumento das matrículas escolares e a criação de programas de empregabilidade —, ainda persistem obstáculos como a falta de formação docente, o preconceito social e a ausência de apoio institucional contínuo. Conclui-se que a inclusão efetiva de pessoas com TEA depende da articulação entre políticas públicas, formação profissional, apoio familiar e transformação cultural, visando à construção de uma sociedade mais equitativa e acolhedora.

Palavras chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Social; Educação Inclusiva; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the advances and challenges in the inclusion of people with Autism Spectrum Disorder (ASD) in society, focusing on the contexts of education and the labor market. Through a bibliographic review, data and studies were gathered addressing the main legislation, public policies, inclusive practices, and barriers faced by this population. The results indicate that, although significant progress has been made in recent years—such as increased school enrollment and the creation of employability programs—obstacles such as lack of teacher training, social prejudice, and the absence of continuous institutional support still persist. It is concluded that the effective inclusion of people with ASD depends on the articulation of public policies, professional training, family support, and cultural transformation, aiming at building a more equitable and welcoming society.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Social Inclusion; Inclusive Education; Labor Market;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Avanços e limitações na educação inclusiva para pessoas com TEA 25

Quadro 2 : Barreiras para a inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho.....26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – *Applied Behavior Analysis* (Análise do Comportamento Aplicada)

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AMA – Associação de Amigos do Autista

APA – *American Psychiatric Association*

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

DSM-5 – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – 5ª edição

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEA – *Individuals with Disabilities Education Act*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOAB – Movimento Orgulho Autista Brasil

OMS – Organização Mundial da Saúde

PECS – *Picture Exchange Communication System* (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras)

SNDPD – Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SUS – Sistema Único de Saúde

TEA – Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo geral.....	13
2.2 Objetivos específicos	13
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
3.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	14
3.2 A Inclusão Escolar de Pessoas com TEA: Avanços, Políticas e Obstáculos	16
3.3 A Inserção de Pessoas com TEA no Mercado de Trabalho.....	17
3.4 Aspectos Familiares e Sociais no Cotidiano de Pessoas com TEA.....	19
3.5 Políticas Públicas e Legislações Internacionais sobre o TEA	20
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5.1 Avanços na Educação Inclusiva	25
5.2 Inserção no Mercado de Trabalho	26
5.3 O Papel da Família e da Rede de Apoio.....	26
5.4 Barreiras Sociais e Culturais.....	27
5.5 Propostas para o Fortalecimento da Inclusão.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se tornado um tema de crescente relevância no debate público, principalmente nas áreas da educação e do mercado de trabalho. O autismo, que é caracterizado principalmente por desafios na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, apresenta ampla variabilidade de manifestações, o que acaba exigindo abordagens específicas e individualizadas para garantir a plena participação dessas pessoas na sociedade (Amaral; Garcia, 2020). Nesse contexto, a luta por direitos, representatividade e oportunidades igualitárias tem promovido mudanças legislativas, institucionais e culturais. Entretanto, apesar dos avanços observados especialmente nas últimas décadas, persistem diversos obstáculos que dificultam a efetivação da inclusão social plena.

Na esfera educacional, a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representam marcos importantes no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o TEA. A obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares, bem como a garantia de recursos de apoio e profissionais especializados, tem contribuído de forma bastante significativa para a ampliação do acesso à educação. No entanto, o cotidiano escolar ainda revela práticas excludentes, falta de capacitação docente e escassez de recursos pedagógicos adaptados, que culminam no comprometimento da qualidade do processo educativo (Lopes; Fernandes, 2019).

No que tange ao mercado de trabalho, a inclusão de pessoas com TEA também tem avançado, sobretudo com o apoio da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), que determina a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência por empresas com cem ou mais funcionários. Apesar disso, é notório que muitos indivíduos com autismo enfrentam barreiras como o preconceito, a falta de preparo das empresas e a escassez de programas de capacitação específicos. Segundo estudo de Silva et al. (2022), menos de 20% dos adultos com TEA estão inseridos formalmente no mercado de trabalho no Brasil, o que revela um cenário de subutilização de potencialidades e exclusão social.

É importante destacar também que a inclusão efetiva requer mais que o cumprimento legal: exige mudanças culturais, estruturais e atitudinais. O reconhecimento das capacidades e contribuições das pessoas com autismo, aliado a políticas públicas consistentes e práticas institucionais inclusivas, são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais

justa e plural (Mendes; Barbosa, 2021). Além disso, é imprescindível o fortalecimento da rede de apoio envolvendo família, escola, profissionais da saúde e a própria comunidade, criando ambientes acolhedores e promotores de desenvolvimento.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e desafios relacionados à inclusão de pessoas com autismo na educação e no mercado de trabalho, com base em literatura atualizada e dados recentes, a fim de contribuir com reflexões e proposições que fortaleçam a prática inclusiva e o respeito à diversidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar, por meio de revisão bibliográfica, os avanços e desafios enfrentados na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, com ênfase nos contextos da educação e do mercado de trabalho, à luz de estudos publicados nos últimos anos.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e discutir as principais políticas públicas e legislações brasileiras voltadas à inclusão de pessoas com autismo no ambiente escolar e profissional;
- Examinar os avanços e as boas práticas de inclusão educacional para pessoas com TEA, com base na literatura científica;
- Analisar os principais entraves enfrentados por pessoas com autismo no processo de inserção e permanência no mercado de trabalho;
- Refletir sobre o papel da sociedade, da escola, das empresas e da família na construção de ambientes inclusivos e acolhedores;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas manifestações, variam em intensidade, combinação e impacto, o que levou a comunidade científica a adotar o conceito de “espectro”, enfatizando a diversidade de apresentações clínicas possíveis (Apa, 2014).

O termo “autismo” foi cunhado originalmente por Leo Kanner (1943) visando descrever um grupo de crianças que apresentava isolamento social, dificuldades de linguagem e comportamentos repetitivos. Anos depois, Hans Asperger descreveu quadros semelhantes em indivíduos com inteligência preservada, mas dificuldades significativas de socialização. Hoje, essas classificações foram reunificadas sob o guarda-chuva do TEA, graças à reformulação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), que unificou os antigos subtipos em um único diagnóstico com especificadores quanto à gravidade e ao tipo de suporte necessário (Apa, 2014; Mello; Costa, 2022).

Do ponto de vista diagnóstico, o TEA é identificado por meio de critérios comportamentais, normalmente observados a partir dos primeiros anos de vida. Ainda que sinais possam estar presentes desde muito cedo, muitos diagnósticos só são formalizados tardiamente, sobretudo em contextos onde o acesso a serviços especializados é limitado. Entre os instrumentos clínicos mais utilizados, estão o Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R) e o Autism Diagnostic Observation Schedule (ADOS), ferramentas padronizadas que auxiliam na avaliação da presença e da intensidade dos sintomas autísticos (LIMA Et Al., 2021).

O transtorno afeta indivíduos de todos os grupos étnicos, culturais e socioeconômicos, sendo que sua prevalência tem aumentado globalmente nas últimas décadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), cerca de 1 em cada 100 crianças no mundo está dentro do espectro autista, no entanto, esse número pode variar de acordo com a metodologia dos estudos, os critérios diagnósticos utilizados e a disponibilidade de serviços especializados nos diferentes países. No Brasil, embora ainda haja poucos dados nacionais sistematizados, estima-se que cerca de dois milhões de brasileiros tenham algum grau de autismo (Mendes; Barros, 2020).

A etiologia do TEA é tida como multifatorial. Estudos apontam um forte componente genético, com múltiplos genes envolvidos, que podem interagir com fatores ambientais, como infecções pré-natais, exposição a poluentes, complicações no parto e idade paterna avançada.

Ainda assim, não há uma causa única, e o transtorno é resultado da interação complexa entre predisposições genéticas e influências ambientais (Pessoa; Gomes, 2020).

No campo das funções cognitivas, o TEA se manifesta de formas bastante variadas. Alguns indivíduos apresentam deficiência intelectual, enquanto outros possuem inteligência média ou acima da média. A síndrome do sábio (do inglês “savant syndrome”) é um fenômeno observado em uma pequena parcela dos indivíduos com TEA, caracterizado pela presença de talentos extraordinários em áreas específicas, como cálculos matemáticos, memorização, desenho, música, dentre outras áreas (Silva; Almeida, 2019). As dificuldades de comunicação são uma das marcas centrais do autismo, e em alguns casos, a linguagem verbal está ausente ou severamente prejudicada, exigindo o uso de sistemas alternativos de comunicação, como pictogramas (PECS), linguagem de sinais ou dispositivos eletrônicos. Mesmo quando a linguagem está preservada, podem ocorrer dificuldades na linguagem pragmática, como compreender ironias, metáforas ou normas sociais implícitas (Ferreira; Oliveira, 2021).

O comportamento repetitivo, característica marcante, pode se manifestar de várias formas, como movimentos estereotipados (balançar o corpo, bater as mãos), interesses restritos por temas específicos (trens, calendários, dinossauros) ou necessidade extrema de rotina e previsibilidade. Embora essas características possam representar um obstáculo para a adaptação social, também podem ser canalizadas de forma produtiva, especialmente quando há suporte e compreensão do ambiente (Oliveira; Lima, 2021). A abordagem ao TEA exige um olhar interdisciplinar e centrado na pessoa. Equipes multiprofissionais formadas por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, educadores, neurologistas e familiares são essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo. A intervenção precoce é considerada um dos fatores mais importantes para promover ganhos no desenvolvimento da linguagem, da socialização e da autonomia (Souza; Lima, 2021).

Modelos de intervenção como o Applied Behavior Analysis (ABA), o Modelo Denver de Intervenção Precoce e o Programa TEACCH são os mais utilizados. Essas metodologias compartilham a ênfase na estruturação do ambiente, na previsibilidade das rotinas e na valorização de reforços positivos para a aprendizagem (Gomes; Souza, 2020). Por fim, é preciso reconhecer que a compreensão do TEA vai além de um diagnóstico clínico. Trata-se de uma condição que desafia paradigmas educacionais, sociais e culturais. É urgente combater os estigmas ainda associados ao autismo e promover a escuta ativa dos próprios autistas, reconhecendo seus direitos à expressão, à autonomia e à participação plena na sociedade.

3.2 A Inclusão Escolar de Pessoas com TEA: Avanços, Políticas e Obstáculos

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista é uma das questões mais debatidas no campo da educação especial e da pedagogia contemporânea. A escola, enquanto espaço de construção da cidadania, tem o dever de acolher a diversidade e promover o desenvolvimento pleno de todos os seus alunos, independentemente de suas características individuais. No Brasil, o marco legal mais relevante para a inclusão escolar é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, que estabelece o compromisso com a matrícula de todos os alunos na rede regular de ensino. Essa política foi reforçada por legislações posteriores, como a Lei nº 12.764/2012, que reconhece o autismo como uma deficiência para fins legais, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que institui a igualdade de condições para o exercício do direito à educação (Brasil, 2012; 2015).

Essas normativas garantem, por exemplo, o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser oferecido no contraturno escolar, com recursos e estratégias adaptadas às necessidades específicas do aluno com TEA. Além disso, a presença de profissionais de apoio escolar, como mediadores, cuidadores ou acompanhantes, pode ser requerida, especialmente nos casos em que o estudante apresenta limitações na comunicação, na mobilidade ou na autorregulação comportamental (Castro; Mendes, 2021).

Apesar dos avanços legais, ainda persistem desafios consideráveis, sendo um dos principais a formação inicial dos professores. Muitas licenciaturas ainda não incluem disciplinas obrigatórias na sua grade curricular sobre educação inclusiva ou abordagens específicas para o atendimento de alunos com deficiência. Essa lacuna acaba se refletindo na prática pedagógica: muitos docentes sentem-se despreparados para acolher e ensinar alunos com TEA, o que pode resultar em práticas excludentes ou na terceirização da responsabilidade para o profissional de apoio (Santos; Pereira, 2023).

A resistência institucional à inclusão também se manifesta na forma de barreiras atitudinais e culturais. Há escolas que ainda reproduzem discursos capacitistas, que consideram os alunos com deficiência como “inaptos” ou “incompatíveis” com o currículo escolar. Esse tipo de visão ignora o potencial desses estudantes e desconsidera a necessidade de ajustes pedagógicos para promover sua participação ativa (Moraes et al., 2022). Por outro lado, há iniciativas que demonstram como a inclusão é possível e benéfica quando realizada com compromisso. Escolas que adotam metodologias ativas, ensino estruturado, uso de materiais visuais, adaptações curriculares e avaliação processual têm obtido melhores resultados na aprendizagem dos alunos com TEA. O uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de comunicação alternativa ou softwares de organização de tarefas, também tem se mostrado

promissor (Gonçalves; Lopes, 2021).

O papel da família é outro aspecto essencial, a parceria entre escola e família é decisiva para o sucesso da inclusão. Famílias que se sentem acolhidas e que participam das decisões pedagógicas tendem a estabelecer vínculos de confiança com a escola, o que favorece o desenvolvimento dos alunos e a resolução de conflitos (Silva et al., 2022). Nesse cenário, é importante considerar também as transições escolares: da educação infantil para o ensino fundamental, do fundamental para o ensino médio, e deste para a vida adulta. Cada uma dessas etapas exige planejamento e apoio específico para evitar rupturas no processo educacional. A ausência de suporte adequado em momentos de transição pode comprometer a continuidade da aprendizagem e gerar retrocessos no desenvolvimento (Castro; Mendes, 2021).

A escola inclusiva é, portanto, aquela que se adapta ao aluno – e não o contrário. É um espaço que reconhece a diversidade como riqueza, que valoriza as diferenças e que oferece múltiplas possibilidades de aprender e ensinar. A efetivação desse ideal passa por políticas públicas consistentes, financiamento adequado, formação de professores, fortalecimento das redes de apoio e, sobretudo, compromisso ético com a justiça social.

3.3 A Inserção de Pessoas com TEA no Mercado de Trabalho

A inserção no mercado de trabalho é uma etapa crucial da vida adulta e um dos principais indicadores de inclusão social. No caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse processo enfrenta desafios específicos, decorrentes tanto das características do transtorno quanto das barreiras estruturais e atitudinais impostas pela sociedade. Garantir o acesso ao emprego digno e compatível com as habilidades e interesses de cada indivíduo com TEA é um passo fundamental na construção de uma sociedade inclusiva.

No Brasil, a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) obriga empresas com 100 ou mais funcionários a destinarem de 2% a 5% de suas vagas a pessoas com deficiência, categoria na qual os autistas estão legalmente incluídos desde a promulgação da Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 1991; 2012). Ainda assim, os índices de empregabilidade entre pessoas com TEA permanecem baixos. Segundo dados do IBGE e de pesquisas recentes, menos de 1% das pessoas com autismo no Brasil estão inseridas no mercado formal de trabalho (Costa; Ferraz, 2021).

Vários fatores contribuem para esse cenário. Em primeiro lugar, o preconceito e a desinformação sobre o TEA ainda são frequentes nos ambientes corporativos. Muitos empregadores desconhecem as características do transtorno e têm receio de contratar pessoas que demandem adaptações, suporte contínuo ou que apresentem dificuldades na comunicação social. Essa postura reforça estigmas e limita oportunidades de forma injusta e discriminatória

(Rodrigues; Lima, 2022). Além disso, o processo de recrutamento e seleção tradicional costuma privilegiar habilidades sociais e comunicacionais que podem não ser o ponto forte de candidatos com TEA. Entrevistas presenciais, dinâmicas de grupo e avaliações subjetivas nem sempre permitem que o potencial técnico do candidato seja revelado. Reformular os critérios e práticas de contratação é, portanto, uma medida necessária para promover a equidade (Silva et al., 2021).

Outro obstáculo é a falta de programas de capacitação profissional específicos, muitos jovens com TEA saem do sistema educacional sem acesso a cursos técnicos, programas de aprendizagem ou iniciativas que preparem para a realidade do trabalho. A ausência de uma transição bem estruturada da escola para o emprego acaba contribuindo para o desemprego ou para a ocupação de posições incompatíveis com o perfil do indivíduo (Nascimento; Oliveira, 2020). A adaptação do ambiente de trabalho é uma dimensão fundamental para a permanência da pessoa com TEA no emprego. Isso inclui, por exemplo, a oferta de instruções claras e por escrito, a redução de estímulos sensoriais excessivos, a definição de rotinas previsíveis, o uso de tecnologias assistivas e a mediação de conflitos interpessoais por meio de mentores ou tutores. Essas medidas não representam um custo elevado e, muitas vezes, beneficiam toda a equipe (Santos; Almeida, 2023).

Vale ressaltar que muitas pessoas com TEA apresentam habilidades excepcionais que podem ser altamente valorizadas no mercado de trabalho, especialmente em áreas que exigem atenção aos detalhes, lógica, repetição de tarefas, sistematização ou concentração prolongada. Grandes empresas de tecnologia, como SAP, Microsoft e IBM, têm implementado programas de recrutamento voltados especificamente para profissionais neurodivergentes, com resultados positivos tanto para os indivíduos quanto para os negócios (Murphy, 2020). O empreendedorismo também tem surgido como uma alternativa para pessoas com TEA que encontram dificuldades no modelo tradicional de trabalho. Pequenos negócios baseados em seus interesses especiais ou talentos específicos têm possibilitado autonomia financeira e realização pessoal. No entanto, o empreendedorismo autista ainda carece de apoio institucional, acesso a crédito e acompanhamento técnico (Gomes; Souza, 2020).

A participação da família continua sendo importante na fase adulta, especialmente como rede de apoio emocional, administrativo e até financeiro. Ao mesmo tempo, é fundamental promover a autonomia progressiva do indivíduo com TEA, evitando a superproteção e criando condições para que ele desenvolva independência em diferentes esferas da vida (Ferreira; Pereira, 2022). Políticas públicas voltadas à inclusão no mundo do trabalho devem considerar essas especificidades. Iniciativas como oficinas de empregabilidade, estágios assistidos, incentivos fiscais para empresas inclusivas, campanhas de sensibilização e formação de gestores

são indispensáveis. Além disso, é necessário fomentar a articulação entre as áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho, promovendo uma abordagem intersetorial e centrada na pessoa.

A construção de um mercado de trabalho inclusivo não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas a sociedade como um todo. Ambientes diversos tendem a ser mais criativos, inovadores e humanos. Reconhecer o valor da diferença e investir na potencialidade de cada indivíduo é um compromisso ético e estratégico para o desenvolvimento sustentável e justo.

3.4 Aspectos Familiares e Sociais no Cotidiano de Pessoas com TEA

A vivência cotidiana de pessoas com TEA está profundamente ligada ao ambiente familiar e à forma como a sociedade responde às suas necessidades. A família é, muitas vezes, o principal sistema de apoio, especialmente nos primeiros anos de vida e nas fases de diagnóstico e intervenção. Ao mesmo tempo, esse núcleo enfrenta diversos desafios emocionais, financeiros e sociais. Após o diagnóstico, é comum que famílias passem por um processo de luto simbólico, reajustando expectativas sobre o desenvolvimento da criança. Estudos mostram que o suporte emocional e a orientação profissional nesse momento são essenciais para que pais e responsáveis consigam desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis (Cunha; Lima, 2020). A falta de informação ou o excesso de desinformação pode agravar esse processo, gerando angústia e isolamento.

Outro aspecto relevante é a sobrecarga das famílias, sobretudo das mães, que ainda assumem majoritariamente o cuidado direto com os filhos autistas. Essa responsabilidade pode impactar sua saúde mental, suas oportunidades profissionais e sua qualidade de vida. Em muitos casos, um dos pais (geralmente a mãe) abandona o emprego para dedicar-se integralmente ao cuidado da criança (Fernandes et al., 2021). O acesso a serviços especializados também é uma preocupação central. Muitas famílias enfrentam dificuldades para conseguir atendimento terapêutico adequado, especialmente em regiões periféricas. A escassez de profissionais capacitados e a demora no acesso ao SUS agravam as desigualdades sociais e regionais no atendimento ao TEA.

No âmbito social, o preconceito e a falta de acessibilidade ainda impedem a plena participação das pessoas com autismo em atividades culturais, esportivas e comunitárias. É comum que famílias evitem sair com seus filhos por medo de olhares julgadores ou da ausência de espaços preparados para receber pessoas neurodivergentes. Isso limita o direito ao lazer, à convivência e à cidadania (Santos; Lima, 2022). É fundamental, portanto, promover políticas públicas que incluam suporte familiar, redes de apoio comunitário, campanhas de

conscientização e espaços acessíveis. A inclusão efetiva só será possível quando toda a sociedade se comprometer com o respeito à diversidade e com a promoção da dignidade humana em todas as suas formas.

3.5 Políticas Públicas e Legislações Internacionais sobre o TEA

A construção de políticas públicas eficazes voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um aspecto fundamental para a consolidação dos direitos humanos e a promoção da cidadania plena. Ao longo das últimas décadas, tanto em âmbito internacional quanto nacional, têm-se observado avanços significativos na formulação de legislações e políticas inclusivas, embora ainda persistam desafios quanto à sua implementação e fiscalização.

No contexto internacional, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008 por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009. A CDPD estabelece princípios como o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, a não discriminação, a plena e efetiva participação na sociedade, e a igualdade de oportunidades. A convenção assegura o direito das pessoas com deficiência – incluindo aquelas com TEA – à educação, ao trabalho, à saúde e à acessibilidade em todas as esferas da vida (ONU, 2006).

Na União Europeia, políticas públicas específicas foram desenvolvidas para garantir a inclusão das pessoas com TEA em todas as áreas sociais. Muitos países membros adotaram planos nacionais de autismo, com ênfase na detecção precoce, nos serviços de apoio à família, na educação inclusiva e na formação de profissionais da saúde e da educação. A Estratégia Europeia para a Deficiência 2010–2020, por exemplo, incluiu ações voltadas para a melhoria da acessibilidade e a participação ativa das pessoas com deficiência na vida comunitária (European Commission, 2010).

Nos Estados Unidos, o "Autism CARES Act" (anteriormente conhecido como Combating Autism Act), promulgado inicialmente em 2006 e reautorizado em 2019, prevê financiamento para pesquisa científica, capacitação profissional, detecção precoce e programas de suporte a famílias. Além disso, o Individuals with Disabilities Education Act (IDEA) garante serviços educacionais personalizados e inclusivos para estudantes com deficiência, incluindo autistas, desde a educação infantil até o ensino médio (HHS, 2019).

No cenário brasileiro, a principal legislação voltada para os direitos das pessoas com TEA é a Lei nº 12.764/2012 – conhecida como Lei Berenice Piana. Essa legislação reconhece a pessoa com autismo como pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso a todos os direitos

assegurados por leis anteriores. Entre os direitos previstos estão o atendimento multiprofissional no Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à educação inclusiva e à proteção contra qualquer forma de negligência ou discriminação (Brasil, 2012).

Outro marco fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/2015 –, que reforça os princípios de acessibilidade, igualdade de condições, respeito às diferenças e participação social. O estatuto define claramente que a deficiência não é uma condição intrínseca da pessoa, mas sim resultado da interação entre limitações individuais e barreiras sociais e ambientais (Brasil, 2015). Nesse sentido, a legislação brasileira adota a perspectiva do modelo social da deficiência, o que implica que cabe à sociedade adequar-se para garantir os direitos das pessoas com TEA.

Apesar dos avanços legislativos, a efetividade das políticas públicas ainda esbarra em inúmeros obstáculos, como a falta de capacitação dos profissionais, a ausência de centros especializados em regiões mais distantes, e a fragilidade da articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social. A desigualdade regional é um dos principais desafios para a universalização do acesso aos direitos previstos em lei (Silva; Moraes, 2022).

Programas como o Viver Sem Limite (lançado em 2011 pelo governo federal) buscaram integrar ações para a inclusão de pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo saúde, educação, acessibilidade e inclusão social. No entanto, a descontinuidade de políticas públicas e a falta de monitoramento de resultados comprometeram a longevidade e o impacto dessas ações. Conforme apontado por Martins e Oliveira (2020), muitas dessas políticas não se consolidaram devido à instabilidade política e à escassez de investimentos públicos.

Além disso, destaca-se a importância da atuação de conselhos e comissões de direitos humanos e da pessoa com deficiência, tanto em âmbito federal quanto municipal. Esses órgãos desempenham papel essencial no controle social das políticas públicas, na promoção do diálogo com a sociedade civil e na elaboração de diretrizes que considerem as especificidades do TEA. Há também um crescente movimento de famílias e organizações não governamentais que pressionam por mais visibilidade e compromisso do poder público com a pauta do autismo. Associações como a AMA (Associação de Amigos do Autista) e o Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB) têm sido fundamentais na defesa dos direitos das pessoas com TEA, promovendo campanhas de conscientização, capacitação de profissionais e apoio às famílias (Gomes; Silveira, 2021).

Em suma, embora haja um arcabouço jurídico significativo em defesa da inclusão das pessoas com TEA, a concretização dos direitos depende de ações contínuas, estruturadas e monitoradas. A consolidação de políticas públicas eficientes requer não apenas leis bem

formuladas, mas também compromisso político, investimento financeiro e mobilização social. Somente assim será possível garantir a equidade e a cidadania plena às pessoas com autismo, em consonância com os princípios dos direitos humanos e da justiça social.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, cujo objetivo foi reunir, analisar e discutir produções acadêmicas e documentos oficiais relacionados à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, com ênfase nos contextos educacional e profissional. A escolha por essa abordagem se justifica pela ampla produção científica existente sobre o tema, bem como pela necessidade de sistematizar os conhecimentos já produzidos a fim de compreender os avanços e desafios enfrentados nesse campo.

A pesquisa bibliográfica permite investigar, por meio de fontes secundárias, as

contribuições teóricas e empíricas de diversos autores e instituições, sendo especialmente útil quando se pretende realizar um mapeamento do estado da arte sobre determinado fenômeno social. Para Gil (2019), a revisão bibliográfica constitui uma etapa fundamental de qualquer estudo científico, pois permite a identificação das lacunas existentes no conhecimento acumulado.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico, PePSIC, BVS, e CAPES Periódicos, entre os meses de fevereiro e maio de 2025. Os critérios de inclusão foram: (i) publicações acadêmicas (artigos, dissertações, teses) principalmente publicados entre os anos de 2015 e 2025; (ii) textos em português, inglês ou espanhol; (iii) estudos com foco na inclusão de pessoas com TEA na educação e/ou no mercado de trabalho; (iv) documentos que tratem de políticas públicas, práticas educacionais, programas de empregabilidade, barreiras sociais e estratégias de inclusão.

Os descritores utilizados para a busca foram: “autismo”, “Transtorno do Espectro Autista”, “educação inclusiva”, “inclusão social”, “inserção no mercado de trabalho”, “barreiras sociais”, “neurodiversidade” e “políticas públicas”. Após a triagem inicial, foram selecionadas 41 fontes para leitura integral, das quais 25 foram utilizadas diretamente na construção do referencial teórico e na seção de resultados e discussão.

Os dados extraídos dos textos foram organizados em categorias temáticas, de acordo com a incidência de conteúdos relacionados às áreas da educação, do trabalho e das redes de apoio. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura interpretativa e comparativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas nas abordagens adotadas pelos diferentes autores. Além das fontes acadêmicas, também foram consultados documentos legais e normativos, como leis federais, diretrizes de políticas públicas e relatórios institucionais.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, este estudo não envolveu coleta de dados primários nem procedimentos de experimentação, estando, portanto, isento de submissão a comitês de ética em pesquisa, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar avanços e desafios significativos na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito educacional e no mercado de trabalho. A seguir, são discutidos os principais achados, organizados em categorias temáticas, com base nas publicações analisadas.

5.1 Avanços na Educação Inclusiva

Nos últimos anos, diversas políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com TEA foram desenvolvidas no Brasil e no mundo. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabeleceram diretrizes importantes para a garantia do acesso e da permanência desses estudantes nas escolas regulares.

Segundo estudos de Lima e Santos (2021), houve aumento significativo na matrícula de estudantes com TEA na educação básica, refletindo um maior reconhecimento dos direitos educacionais desse público. No entanto, esse aumento não foi acompanhado, na mesma medida, por investimentos em formação docente, recursos pedagógicos específicos e acompanhamento multidisciplinar.

Tabela 1 – Avanços e limitações na educação inclusiva para pessoas com TEA

Aspectos Avaliados	Avanços Identificados	Desafios Persistentes
Acesso à escola regular	Aumento das matrículas	Falta de diagnóstico precoce
Formação de professores	Ações pontuais de capacitação	Formação continuada insuficiente
Apoio pedagógico especializado	Presença de salas de recursos	Baixa cobertura em regiões periféricas
Adaptações curriculares	Experiências bem-sucedidas isoladas	Falta de padronização e acompanhamento técnico

Fonte: Dados adaptados de Lima e Santos (2021); Rocha e Cunha (2020).

A pesquisa de Rocha e Cunha (2020) evidencia que a presença de profissionais de apoio, como os mediadores escolares, tem contribuído para a permanência dos estudantes com TEA

em sala de aula. Contudo, esses profissionais muitas vezes não possuem formação adequada e não estão presentes em todas as escolas. Outro ponto destacado é a resistência de alguns professores em adaptar suas práticas pedagógicas, muitas vezes em decorrência da sobrecarga de trabalho e da falta de preparo. Conforme aponta Barreto (2019), a formação inicial docente raramente contempla de maneira satisfatória o ensino de alunos com TEA, o que exige uma reestruturação nos currículos dos cursos de licenciatura.

5.2 Inserção no Mercado de Trabalho

A inclusão no mundo do trabalho é um dos maiores desafios enfrentados pelas pessoas com TEA. Embora a Lei de Cotas (Lei n.º 8.213/1991) estabeleça a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência por empresas com mais de 100 funcionários, os dados revelam que pessoas com autismo ainda enfrentam dificuldades acentuadas para conquistar e manter um emprego formal. De acordo com o Relatório Anual da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD, 2022), apenas uma parcela ínfima das contratações de PcD é preenchida por indivíduos com TEA. Isso se deve a múltiplos fatores, como estigmas sociais, falta de programas de qualificação profissional e ambientes de trabalho pouco inclusivos.

A inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho continua sendo um dos maiores desafios. Embora a Lei de Cotas (Lei n.º 8.213/1991) obrigue empresas a contratarem pessoas com deficiência, estudos revelam que o número de autistas inseridos formalmente ainda é irrisório (Santos e Almeida, 2023; Oliveira e Mendes, 2021; Santos et al., 2022).

Segundo Freitas e Rocha (2023), os maiores obstáculos estão relacionados a preconceito, desinformação e ausência de adaptação nos processos seletivos. Costa e Ferraz (2021) e Lima e Andrade (2022) destacam a inadequação das entrevistas tradicionais para avaliar o potencial técnico dos candidatos com TEA.

Além disso, há escassez de programas específicos de capacitação, dificultando a transição da escola para o emprego (Nascimento e Oliveira, 2020; Gomes e Souza, 2020). Iniciativas como o programa “Autism at Work”, da SAP, têm sido apontadas como modelo por autores como Silva e Ferreira (2020), pois demonstram que a valorização das habilidades dos autistas pode gerar benefícios mútuos.

Tabela 2 – Barreiras para a inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho

Categoria da Barreira	Exemplos Identificados
Atitudinal	Preconceito, estigma, falta de empatia
Comunicacional	Falta de adaptação na linguagem e sinalização
Organizacional	Ausência de planos de inclusão e supervisão
Profissional	Falta de capacitação de gestores e colegas

Fonte: Adaptado de Oliveira e Mendes (2021); SNDPD (2022).

Apesar disso, há relatos de boas práticas em empresas que adotam programas de inclusão, com foco na valorização das habilidades específicas de pessoas com TEA, como atenção aos detalhes, memória visual e raciocínio lógico. Iniciativas como as da empresa SAP, que possui um programa global de contratação de pessoas com autismo (Autism at Work), mostram que a inclusão é possível e benéfica para todos os envolvidos (Silva; Ferreira, 2020).

4.3 O Papel da Família e da Rede de Apoio

A família exerce papel central no processo de inclusão social da pessoa com TEA, tanto na educação quanto no trabalho. Pais e responsáveis frequentemente se tornam ativistas pelos direitos dos filhos, atuando junto a escolas, profissionais de saúde e órgãos públicos. Estudos indicam que o envolvimento familiar está diretamente associado a melhores resultados escolares e maior autonomia na vida adulta (Machado; Souza, 2018; Costa e Neves, 2023). No entanto, muitas famílias enfrentam sobrecarga emocional e financeira, especialmente quando não encontram suporte adequado na rede pública de saúde e educação. Além da família, é fundamental o fortalecimento das redes de apoio, como ONGs, grupos de pais, associações e conselhos de direitos. Esses coletivos contribuem para o acolhimento, a orientação e a mobilização social. Segundo Costa e Neves (2023), a atuação desses grupos foi essencial para a construção de legislações como a Lei 12.764/2012. Organizações como a AMA e o MOAB também são referenciadas como fundamentais na luta por direitos e na promoção de redes de apoio (Gomes e Silveira, 2021). Essa mobilização da sociedade civil tem sido decisiva para pressionar o poder público e fortalecer políticas inclusivas (Martins e Oliveira, 2020; Silva e Moraes, 2022).

5.4 Barreiras Sociais e Culturais

A sociedade ainda impõe diversas barreiras para a plena inclusão das pessoas com TEA. O desconhecimento sobre o transtorno, a reprodução de estigmas e a exclusão velada são

obstáculos enfrentados diariamente por essa população. Tais barreiras não se restringem ao espaço escolar ou laboral, mas permeiam o acesso a serviços, a convivência comunitária e a vida cultural. Conforme apontam França e Lima (2022), a representação do autismo na mídia, muitas vezes estereotipada, contribui para a manutenção de ideias equivocadas sobre o transtorno. Além disso, é comum que pessoas com TEA sejam invisibilizadas em campanhas públicas, debates políticos e produções culturais. A superação dessas barreiras exige ações integradas de conscientização, formação cidadã e combate à desinformação. Campanhas de sensibilização, como o Abril Azul, têm ganhado espaço nos últimos anos, promovendo o debate e a visibilidade do autismo.

5.5 Propostas para o Fortalecimento da Inclusão

Com base na análise dos estudos revisados, é possível propor algumas diretrizes para o fortalecimento da inclusão de pessoas com TEA:

1. Revisão dos currículos de formação docente, com inserção obrigatória de conteúdos sobre educação inclusiva e neurodiversidade.
2. Ampliação da rede de apoio educacional e de saúde, com foco em atendimento multidisciplinar e contínuo.
3. Incentivo a programas de qualificação profissional específicos para pessoas com TEA, alinhados às suas potencialidades.
4. Criação de incentivos fiscais e programas de mentoria para empresas que contratem pessoas com TEA.
5. Campanhas permanentes de combate ao estigma, promovendo uma cultura de respeito às diferenças.

Essas ações precisam ser acompanhadas de investimento público, articulação entre políticas setoriais e participação ativa da sociedade civil. A revisão da literatura revelou avanços importantes no campo dos direitos e na produção de conhecimento sobre o TEA, mas também destacou a distância entre as normas legais e a realidade vivenciada por muitas pessoas autistas. A superação desse descompasso é um desafio coletivo e permanente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade representa um dos principais desafios contemporâneos para a consolidação de uma cultura de equidade, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana. Ao longo deste trabalho, foi possível identificar importantes avanços conquistados nas últimas décadas, especialmente no campo das políticas públicas e das normativas legais que asseguram o direito à educação e ao trabalho para pessoas com deficiência. No âmbito educacional, observou-se um aumento significativo nas matrículas de estudantes com TEA na rede regular de ensino, impulsionado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Entretanto, os estudos também revelaram que a presença física desses estudantes nas escolas não garante, por si só, uma inclusão efetiva, sendo necessário investir em formação docente, adaptação curricular, apoio psicopedagógico e estrutura física adequada.

O cenário da inserção no mercado de trabalho, por sua vez, ainda é marcado por profundas desigualdades e exclusões. Embora leis como a Lei de Cotas (1991) tenham promovido a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência, os dados mostram que indivíduos com TEA representam uma pequena parcela dos contratados, enfrentando preconceitos, barreiras comunicacionais e ambientes laborais despreparados para lidar com a neurodiversidade. Algumas experiências bem-sucedidas de inclusão profissional indicam, no entanto, que é possível promover espaços de trabalho mais acessíveis e respeitosos, desde que haja engajamento institucional, políticas de incentivo e capacitação contínua.

Outro ponto crucial evidenciado pela revisão foi o papel da família e das redes de apoio na mediação da inclusão social de pessoas com TEA. A atuação ativa de pais, cuidadores, ONGs e associações tem sido fundamental para a conquista de direitos, a articulação com os serviços públicos e a construção de uma cultura mais inclusiva. Ainda assim, muitas famílias vivenciam a sobrecarga emocional e a carência de políticas públicas de suporte. Além das barreiras institucionais, o estudo apontou a existência de obstáculos de ordem cultural e simbólica, como o estigma, a desinformação e a representação estereotipada do autismo na mídia. Essas barreiras, mais sutis, dificultam o reconhecimento da pluralidade existente dentro do espectro autista e limitam a plena participação dessa população nos espaços sociais. Com base nos achados da pesquisa, é possível concluir que a inclusão de pessoas com TEA é um processo contínuo, que requer ações integradas nas esferas educacional, laboral, familiar e social. O fortalecimento da inclusão demanda o comprometimento do poder público, das instituições de

ensino, das empresas e da sociedade civil como um todo.

Entre as recomendações resultantes desta revisão, destacam-se:

- A reformulação dos cursos de formação inicial e continuada de professores, com foco em práticas inclusivas e acolhedoras;
- O estímulo a programas de formação e inserção profissional específicos para pessoas com TEA, com acompanhamento técnico e social;
- O fomento a políticas públicas integradas que articulem saúde, educação e assistência social;
- A criação de incentivos fiscais e linhas de crédito para empresas que implementem práticas inclusivas;
- A ampliação das campanhas de conscientização e valorização da neurodiversidade.

Por fim, ressalta-se que, apesar dos avanços normativos, a inclusão plena ainda está distante de ser uma realidade para a maioria das pessoas com TEA. É necessário que os princípios da equidade, da justiça social e da acessibilidade deixem de ser apenas enunciados legais e passem a orientar, de forma concreta, as práticas institucionais e as relações sociais cotidianas. Promover a inclusão das pessoas com autismo é, portanto, promover uma sociedade mais humana, solidária e plural.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L.; BORGES, R. Diagnóstico do TEA e os desafios do DSM-5. *Revista Psicologia Atual*, v. 9, n. 1, 2021.
- APA – American Psychiatric Association. *DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARRETO, M. S. A formação de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: um olhar crítico. *Revista Educação e Diversidade*, v. 11, n. 2, p. 112–125, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. LDB.
- BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- COSTA, A. P.; NEVES, J. R. O papel das redes de apoio no processo de inclusão de pessoas com autismo: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 88–102, 2023.
- CUNHA, A. F.; LIMA, T. R. A vivência emocional de famílias após o diagnóstico de TEA. *Revista Humanas em Perspectiva*, v. 5, n. 1, 2020.
- FERNANDES, M. et al. A carga de cuidado das mães de crianças com TEA. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 129, 2021.
- FERREIRA, M.; OLIVEIRA, A. Práticas multidisciplinares no atendimento ao TEA. *Revista de Educação e Saúde*, v. 17, n. 2, 2021.
- FREITAS, D.; ROCHA, T. Empregabilidade de autistas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Inclusão*, v. 4, n. 1, 2023.
- FRANÇA, G. M.; LIMA, V. S. Representações sociais do autismo na mídia brasileira: contribuições para a inclusão. *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 44, p. 77–92, 2022.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, E.; SOUZA, A. O estigma social e o autismo: desafios contemporâneos. *Cadernos de*

Psicologia Social, v. 10, n. 2, 2020.

GONÇALVES, S.; LOPES, R. Experiências exitosas de inclusão escolar de alunos com TEA. *Revista Educação e Diversidade*, v. 13, n. 1, 2021.

LIMA, E. S.; SANTOS, A. R. Educação inclusiva e políticas públicas: o caso dos estudantes com TEA no ensino básico. *Educar em Revista*, v. 37, p. 1–19, 2021.

LIMA, F.; ANDRADE, C. Adaptação profissional de jovens com TEA. *Revista Psicologia & Trabalho*, v. 25, n. 3, 2022.

LIMA, R. et al. Ferramentas diagnósticas do TEA: uma revisão. *Revista Neuropsicologia Brasil*, v. 5, n. 2, 2021.

MACHADO, L. A.; SOUZA, C. D. A influência do envolvimento familiar no processo de inclusão escolar de alunos com TEA. *Revista Psicopedagogia em Foco*, v. 16, n. 1, p. 42–56, 2018.

MENDES, L.; BARROS, J. Panorama do autismo no Brasil: dados e desafios. *Revista Saúde & Sociedade*, v. 29, n. 4, 2020.

MORAES, I. et al. Estratégias pedagógicas para inclusão de alunos com TEA. *Revista Educação em Movimento*, v. 14, n. 2, 2022.

OLIVEIRA, R. G.; MENDES, A. M. Barreiras e estratégias para a inserção de pessoas com autismo no mercado de trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 24, p. 85–97, 2021.

OLIVEIRA, T.; COSTA, B. Formação docente e autismo: um panorama. *Educação em Foco*, v. 11, n. 1, 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Relatório sobre o Autismo e Outros Transtornos do Neurodesenvolvimento*, 2023.

ROCHA, M. A.; CUNHA, F. R. A atuação dos mediadores escolares na inclusão de alunos com autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 3, p. 399–412, 2020.

SANTOS, V.; LIMA, A. Autismo e direito à cidade: entre a invisibilidade e a cidadania. *Revista Cidades Inclusivas*, v. 2, n. 1, 2022.

SANTOS, D.; PEREIRA, G. Obstáculos à inclusão escolar de autistas. *Revista Educação e Realidade*, v. 48, n. 1, 2023.

SILVA, J.; ALMEIDA, R. Potencialidades cognitivas no TEA. *Revista Neurociência e Educação*, v. 7, n. 3, 2019.

SILVA, F. et al. O acesso ao trabalho por autistas no Brasil. *Revista Trabalho e Diversidade*, v. 5, n. 1, 2022.

SILVA, T. et al. Família e escola no processo de inclusão. *Revista Interfaces da Educação*, v.

20, n. 2, 2022.

SILVA, T. P.; FERREIRA, L. M. Programas de inclusão de pessoas com autismo no trabalho: estudo de caso na SAP. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 20, n. 4, p. 52–64, 2020.

SNDPD – SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. *Relatório Anual 2022*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 05 maio 2025.

WEHMEYER, M. et al. Transition and Employment for Students with Autism. *Autism & Developmental Disorders Journal*, v. 41, 2016

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
ELETRONICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA
BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA**

1. Identificação do material bibliográfico:

[x] Monografia [] TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas

Centro: Universidade Federal do Piauí- UFPI, campus Senador Helvídio
Nunes de Barros- CSHNB.

Autor(a): Gustavo Cícero de Moura

E-mail (opcional): gugamoura222021@gmail.com

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Evêncio da Luz

Instituição: Universidade Federal do Piauí-
UPPI

Membro da banca: Prof. Dr. Luís Evêncio da

Luz Instituição: Universidade Federal do
Piauí-UFPI

Membro da banca: Prof. Dr. Kátia Maria de Moura Evêncio

Instituição: Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Membro da banca: Prof. Dr. Alessandra Lopes de Oliveira

Castelini Instituição: Universidade Federal do Piauí-UFPI

Titulação obtida: Licenciado em Ciências

Biológicas Data da defesa: 26/06/ 2025

Título do trabalho: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA
SOCIEDADE : AVANCOS E DESAFIOS NA EDUCACAO E NO
MERCADO DE TRABALHO

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [x]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí- UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídio de Barros-CSHNB Data:26/06/2025

Assinatura do(a) autor(a):

Guilherme Cícero de Sousa

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT)

